COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 591, DE 2003

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Ecólogo.

Autor: Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME

Relatora: Deputada ANN PONTES

I - RELATÓRIO

O projeto tem o objetivo de regulamentar a profissão de Ecólogo, fixando o seu campo de atuação exclusiva, bem como a escolaridade necessária.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Em 17 de julho de 2003, apresentamos a esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados nosso parecer ao Projeto de Lei n.º 591, de 2003, favorável à sua aprovação, na forma de um Substitutivo. Aberto o prazo regimental para emendas ao Substitutivo, não foram recebidas sugestões de alterações. Estamos convencidos da necessidade de reformular nosso parecer inicial, inclusive para acatar inúmeras sugestões que temos recebido.

Em recente reunião realizada em meu gabinete (02/12/2004), recebemos sugestões do Ministério do Meio Ambiente, através de sua Assessoria Parlamentar, representada pela Dr.^a Sandra Cilce de Aquino, e da Associação Brasileira de Ecólogos– ABE, razão pela qual, mais uma vez e por fim, submetemos à consideração desta Comissão outro parecer reformulado.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Gostaríamos de registrar que recebemos inúmeras sugestões defendendo a reformulação de nosso parecer anterior e fazemos questão de agradecer-las, a todas, de um modo geral, e a cada uma, de um modo especial, pelas profundas reflexões que nos propuseram, em razão dos fortes e coerentes argumentos apresentados, em especial quanto à inconveniência de tornarmos privativo de Ecólogos a concepção de parâmetros e indicadores de sustentabilidade em ecossistemas sob conservação ou sujeito a impactos ambientais, já que os estudos sobre ecossistemas, sua sustentabilidade e vulnerabilidade a impactos ambientais encerram conteúdos multidisciplinares, onde podem atuar agrônomos, biólogos, ecólogos, engenheiros ambientais, engenheiros florestais, oceanógrafos e tantos outros profissionais.

Recebemos várias sugestões, entre as quais as encaminhadas pela Dr.^a Noemy Yamaguishi Tomita, pelo Conselho Federal de Biologia; Engenheiro Florestal Dr. Ricardo Felix Santana; Engenheiro Florestal Dr. Silvio Pedreira Pereira de Sá; Oceanógrafo Dr. Gabriel Botelho Marchioro; Dr.^a Kátia G. C. Gonçalves; Dr. Carlos Murilo F. Nogueira, em nome do Sistema Confea/Crea; Dr. Liszt Vieira, Presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro; Dr. Paulo Roberto da Silva, Coordenador Geral de Recursos Humanos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Dr. Wladimir Antonio Puggina, Presidente da *International Fertilizer Industry Association* - IFA e da Associação Brasileira de Ecólogos.

A proposição, a nosso ver, atende perfeitamente à Súmula de Jurisprudência desta Comissão, expressa no Verbete n.º 01/CTASP, de 26/09/2001, além de respeitar os dispositivos constitucionais contidos no art. 5º, inciso XIII – Liberdade de Trabalho, e art. 170 – Valorização do Trabalho e da Livre Iniciativa.

Convém destacar que a formação do profissional ecólogo está articulada em torno de três eixos principais: conservação da biodiversidade, manejo de vida silvestre e avaliação e controle de impactos ambientais.

Tais profissionais vêm desempenhando, com sucesso, atividades variadas em órgãos governamentais como universidades, institutos de pesquisa, secretarias municipais e estaduais de meio ambiente, em organizações não governamentais e em empresas da iniciativa privada, embora ainda não possam, por exemplo, assinar como responsáveis técnicos relatórios de impacto ambiental, por não estarem inscritos em nenhum conselho de fiscalização profissional.

A Constituição Federal, em seu art. 225, estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”.

Assim, o projeto ora relatado está em sintonia com o texto constitucional vigente, razão pela qual merece acolhida.

Entendemos por bem, após esclarecimentos obtidos junto à Associação Brasileira de Ecólogos – ABE, manter a redação original do art. 2º do projeto, que somente permite o exercício da profissão de Ecólogo para os diplomados em curso superior de Bacharelado em Ecologia ou para diplomados em curso similar estrangeiro, após a revalidação do diploma.

As atribuições elencadas para o exercício da profissão de Ecólogo podem ser permitidas a outros profissionais, não sendo de boa indicação reservar mercado cativo para bacharéis em Ecologia, já que se trata de campo multidisciplinar. Compartilham de nossa opinião o Dr. Paulo Roberto da Silva, Coordenador Geral de Recursos Humanos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e o Dr. Liszt Vieira, Presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. O acesso à profissão de Ecólogo pode, perfeitamente, ser franqueado a Biólogos, Engenheiros Agrônomos, Engenheiros Florestais, Oceanógrafos, Engenheiros Ambientais etc. A formação em Ecologia requer habilidades generalistas e amplas.

O correto é permitir que graduados em Ecologia e demais cursos superiores, cujas área de conhecimento estejam ligadas à Ecologia, possam exercer as atribuições previstas para a profissão de Ecólogo, razão pela qual decidimos incluir um parágrafo único ao art. 3º do Substitutivo anexo, com o mesmo teor do parágrafo único do art. 5º do texto original do projeto de lei.

Os artigos 3º e 4º não podem ser aprovados, já que atribuem ao Conselho Federal de Biologia - CFBio a responsabilidade pela fiscalização do exercício da profissão de Ecólogo. Após a promulgação da Emenda Constitucional n.º 32, tal conteúdo passou a ser de competência do Executivo, pela via do decreto, ou seja, não havendo despesas, nem mesmo se trata de matéria reservada à lei.

Não queremos, com isso, afirmar que o Conselho Federal de Biologia não deve fiscalizar o exercício profissional de ecólogos. Estamos informados, inclusive, do acordo firmado entre o CFBio e a ABE - Associação Brasileira de Ecólogos, no sentido de cometer ao Conselho a responsabilidade do exercício do poder de polícia da profissão de ecólogo. Ocorre que somente o Poder Executivo Federal tem competência privativa para atribuir competências ao CFBio ou a outro conselho fiscalizador.

Recebemos, também, correspondência do Dr. Carlos Murilo F. Nogueira, em nome do Sistema Confea/Crea, manifestando o interesse desse conselho de fiscalização profissional no sentido de abrigar os ecólogos. Todavia, se será o Confea/Crea ou o CFBio somente ao Executivo caberá a decisão.

Os conselhos de fiscalização profissional já foram tema de discussão perante o Supremo Tribunal Federal, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 1.717-6/D.F., movida, à época, pelo Partido Comunista do Brasil – PC do B, Partido dos Trabalhadores – PT e Partido Democrático Trabalhista – PDT, contra o art. 58 da Lei n.º 9.649, de 1998, que, entre as suas disposições, privatizou os conselhos profissionais. A decisão do STF, por unanimidade, foi no sentido de acolher a ADIn, para declarar que a natureza jurídica dos conselhos é de direito público, como consta no item 2, da ementa do acórdão, *in verbis*:

“2. Isso porque a interpretação conjugada dos artigos 5º, XIII, 22, XVI, 21, XXIV, 70, parágrafo único, 149 e 175 da Constituição Federal, leva à conclusão, no sentido da indelegabilidade, a uma entidade privada, de atividade típica de Estado, que abrange até poder de polícia, de tributar e de punir, no que concerne ao exercício de atividades profissionais regulamentadas, como ocorre com os dispositivos impugnados.”

Outro dispositivo que não deve prosperar é o art. 6º, que impõe o prazo de 30 (trinta) para que o Executivo regulamente a lei. Seria o mesmo que obrigar a Câmara dos Deputados a legislar em igual prazo matéria de sua competência.

Já o art. 8º contém cláusula genérica de revogação de dispositivos que se contraponham ao projeto, o que desatende as normas da técnica legislativa.

Por fim, julgamos por bem suprimir o parágrafo único do art. 2º do projeto, que nega o exercício da profissão de Ecólogo aos habilitados em cursos por correspondência, por ser desnecessário, já que o inciso I, do mesmo artigo, exige o curso de bacharelado, que pensamos seja o ofertado por instituições públicas e privadas de ensino, com a chancela do Ministério da Educação.

Entendemos que a melhor forma de fazê-lo é propondo a esta egrégia Comissão a aprovação do Projeto de Lei n.º 591, de 2003, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputada ANN PONTES
Relatora

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 591, DE 2003

Regulamenta a profissão de Ecólogo.

Art. 1º Ecólogo é a designação do profissional de nível superior, com formação interdisciplinar específica do campo da Ecologia, dos ecossistemas naturais, artificiais, de seus componentes e suas inter-relações.

Art. 2º A profissão de Ecólogo pode ser exercida:

I – por profissionais diplomados em curso superior de Bacharelado em Ecologia ministrados por estabelecimentos públicos ou privados de ensino superior reconhecidos;

II – por profissionais diplomados em cursos similares ministrados por estabelecimentos equivalentes no exterior após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 3º São atribuições do Ecólogo:

I – diagnóstico ambiental, compreendendo estudos do meio físico, biológico e antrópico, e suas inter-relações, nas áreas de sua formação profissional;

II – avaliação de riscos ambientais, passivos ambientais e de estudos de impactos ambientais e respectivos relatórios junto a equipes multidisciplinares, conforme legislação vigente;

III – recuperação e manejo de ecossistemas naturais e antrópicos, visando a usos múltiplos;

IV – coordenação e elaboração de zoneamento ecológico-econômico e outras categorias de zoneamento ambiental;

V – monitoramento ambiental, compreendendo a análise e a interpretação de parâmetros bióticos e abióticos, inclusive nas áreas críticas de poluição;

VI – educação ambiental e exercício do magistério na área de Ecologia em qualquer nível, observadas as exigências pertinentes, bem como a educação ambiental não-formal para a sensibilização de agricultores, das populações tradicionais ligadas a unidades de conservação e da população em geral para a defesa ambiental e melhoria da qualidade de vida;

VII – coordenação e participação em planos de controle ambiental, relatórios ambientais preliminares, diagnósticos ambientais, planos de manejo, planos de recuperação de áreas degradadas e análise preliminar de risco, compreendendo:

- a) a elaboração e a execução de planos de controle, de proteção e de melhoria da qualidade ambiental;
- b) a utilização racional dos recursos naturais;
- c) a proposição de medidas mitigadoras e compensatórias para a resolução de problemas ambientais diagnosticados.

VIII – prestação de serviços de gerenciamento, coordenação, gestão, auditoria e consultoria ambiental para a elaboração e/ou execução de programas e projetos envolvendo entidades públicas, privadas ou organizações não-governamentais (ONG);

IX – elaboração de projetos, planos e atividades de manejo agroflorestal, de prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão e erradicação de espécies invasoras;

X – elaboração de projetos de criação e implementação de unidades de conservação, bem como administrá-las de forma participativa com as populações locais, tradicionais e da área de influência da unidade;

XI – coordenação e elaboração de planos diretores municipais, planos de bacias e microbacias hidrográficas junto a equipes multidisciplinares, conforme a legislação vigente;

XII – fiscalização e controle de critérios, normas e padrões de qualidade ambiental e análise de projetos de entidades públicas ou privadas que objetivem a preservação ou a recuperação de recursos ambientais afetados por processos de exploração predatórios ou poluidores.

XIII – elaboração de vistorias, perícias, pareceres e arbitramentos em assuntos referidos nos itens anteriores e pertinentes à sua formação profissional.

Parágrafo único. As atribuições constantes dos incisos deste artigo podem também ser exercidas por profissionais com outras formações que desempenhem atividades na área de meio ambiente, desde que legalmente habilitados nas respectivas profissões, e observadas as exigências pertinentes.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputada ANN PONTES
Relatora